

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 1919/2023-PGJ, DE 19.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias, Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar os Autos nº 0900031-34.2018.8.12.0008, em trâmite na 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1933/2023-PGJ, DE 19.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 5788/2022-PGJ, de 23.11.2022, que estabeleceu a escala de plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande referente ao ano de 2023, de forma que, onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA ESPECIALIZADA (CEL.: 99288-9278)
25.9 (19h01min) a 2.10.2023 (11h59min)	Luiz Antônio Freitas de Almeida
2 (19h01min) a 9.10.2023 (11h59min)	Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja

- passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA ESPECIALIZADA (CEL.: 99288-9278)
25.9 (19h01min) a 2.10.2023 (11h59min)	Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja
2 (19h01min) a 9.10.2023 (11h59min)	Luiz Antônio Freitas de Almeida

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1926/2023-PGJ, DE 19.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de compensação de plantão à Promotora de Justiça Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada, que seriam usufruídos nos períodos de 2 a 21.5.2023 e 12 a 21.6.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.00002724-2).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1927/2023-PGJ, DE 19.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Guilherme Pereira Diniz Penna para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais da comarca de Corumbá no período de 24 a 28.4.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1928/2023-PGJ, DE 19.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Rodrigo Correa Amaro para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Cível e Criminal (1) da comarca de Corumbá no período de 24 a 28.4.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Luciano Bordignon Conte.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1579/2023-PGJ, DE 4.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 14 (quatorze) dias de compensação de plantão ao Promotor de Justiça Fernando Jorge Manvailer Esgaib, que seriam usufruídos no período de 9 a 22.3.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.00002698-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1929/2023-PGJ, DE 19.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Andréa de Souza Resende para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara da comarca de Aparecida do Taboado no dia 27.4.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1925/2023-PGJ, DE 19.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara Cível da comarca de Naviraí no dia 26.4.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1592/2023-PGJ, DE 4.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 25 (vinte e cinco) dias de compensação de plantão ao Promotor de Justiça José Aparecido Rigato, que seriam usufruídos no período de 13.3 a 6.4.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.00002662-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1923/2023-PGJ, DE 19.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Lia Paim Lima para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Porto Murtinho no dia 19.4.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1922/2023-PGJ, DE 19.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Bela Vista no dia 19.4.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 1559/2023-PGJ, DE 4.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 17 (dezessete) dias de compensação de plantão ao Procurador de Justiça Belmires Soles Ribeiro, que seriam usufruídos no período de 20.3 a 5.4.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.00002602-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1921/2023-PGJ, DE 19.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça José Maurício de Albuquerque para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Dois Irmãos do Buriti no dia 20.4.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 1920/2023-PGJ, DE 19.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Murilo Hamati Gonçalves para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Sonora no dia 20.4.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 1553/2023-PGJ, DE 4.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de compensação de plantão à Promotora de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina, que seriam usufruídos no período de 22.3 a 20.4.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.00002898-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1918/2023-PGJ, DE 19.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar pública, para todos os efeitos legais, a requisição do Conselho Nacional do Ministério Público, CNMP, para o Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho integrar a equipe de trabalho da Corregedoria Nacional do Ministério Público no período de 17 a 20.4.2023, conforme a Portaria CN nº 31, de 12.4.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1917/2023-PGJ, DE 19.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Incluir na Portaria nº 1249/2023-PGJ, de 15.3.2023, que convocou membros para participarem da “21ª edição do Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente”, o Promotor de Justiça Luciano Furtado Loubet.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1590/2023-PGJ, DE 4.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de compensação de plantão ao Promotor de Justiça Jorge Ferreira Neto Júnior, que seriam usufruídos no período de 27.3 a 25.4.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.00002646-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1932/2023-PGJ, DE 19.4.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Declarar vago, a partir de 5 de abril de 2023, o cargo de Técnico I, área de atividade Administrativa, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, ocupado por Rafael de Araújo Dantas, em virtude de sua posse em outro cargo inacumulável, nos termos do artigo 56, inciso VI, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000 (Processo SAJ nº 09.2022.00004357-5).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 1930/2023-PGJ, DE 19.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 1/PGJ/2023, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Nádia de Moura Mattos Motta, Diretora da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Phelipe Alves de Oliveira, Analista/Engenharia Civil; 3.1) Suplente – Carlos Cesar de Araujo Junior, Analista/Engenharia Civil (PGA nº 09.2022.00012077-5).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA N° 1931/2023-PGJ, DE 19.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Rosangela Gomes de Oliveira Castro, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a renovação da jornada especial de trabalho das 7h às 11h, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 26.4.2023, nos termos dos artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 1.134, de 26.3.1991 (PGA nº 09.2023.00003621-9).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-415/2023/PGJ, DE 19.4.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1082/2022-PGJ, de 16.9.2022, que concedeu férias à servidora Luciane Freitas de Lima, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 10 a 19.7.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 20 a 29.7.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-416/2023/PGJ, DE 19.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Joabe Guimarães Querino Kachorroski, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 12 a 21.6.2023 e de 21.9 a 10.10.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-417/2023/PGJ, DE 19.4.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Ronaldo Guimarães de Ávila Júnior, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 14 a 23.8.2023 e de 15 a 24.2.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 14 a 23.6.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-418/2023/PGJ, DE 19.4.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-840/2022-PGJ, de 18.7.2022, que concedeu férias ao servidor Gustavo da Silva Andrade, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 12 a 21.6.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 10 a 19.7.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-419/2023/PGJ, DE 19.4.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1126/2022-PGJ, de 3.10.2022, que concedeu férias ao servidor Daniel Rodrigues Duarte, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 10 a 19.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 30.6 a 9.7.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 5 a 14.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 23.6 a 2.7.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-420/2023/PGJ, DE 19.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução n° 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria n° e-353/2023-PGJ, de 10.4.2023, que concedeu férias ao servidor Diego Servullo da Silva Maluf Ferreira, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 1º a 15.9.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 18.9 a 2.10.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução n° 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR**AVISO N° 20/2023/CSMP**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º, inciso IX do art. 15, e inciso I do art. 63 e art. 72, todos da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994, comunica, aos Promotores de Justiça de **segunda entrância** que, dentro do prazo de **CINCO DIAS**, a contar da publicação deste (não se aplicando o artigo 224 do CPC), receberá os requerimentos daqueles que aspiram à **remoção pelo critério de merecimento para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia, segunda entrância**.

Campo Grande, 20 de abril de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

AVISO N° 21/2023/CSMP

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º, inciso IX do art. 15, e inciso I do art. 63 e art. 72, todos da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994, comunica, aos Promotores de Justiça de **segunda entrância** que, dentro do prazo de **CINCO DIAS**, a contar da publicação deste (não se aplicando o artigo 224 do CPC), receberá os requerimentos daqueles que aspiram à **remoção pelo critério de antiguidade para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi, segunda entrância**.

Campo Grande, 20 de abril de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**AVISO Nº 22/2023/CSMP**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º, inciso IX do art. 15, e inciso I do art. 63 e art. 72, todos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, comunica, aos Promotores de Justiça de **segunda entrância** que, dentro do prazo de **CINCO DIAS**, a contar da publicação deste (não se aplicando o artigo 224 do CPC), receberá os requerimentos daqueles que aspiram à **remoção pelo critério de merecimento para a Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara, segunda entrância**.

Campo Grande, 20 de abril de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

AVISO Nº 23/2023/CSMP

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º, inciso IX do art. 15, e inciso I do art. 63 e art. 72, todos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, comunica, aos Promotores de Justiça de **segunda entrância** que, dentro do prazo de **CINCO DIAS**, a contar da publicação deste (não se aplicando o artigo 224 do CPC), receberá os requerimentos daqueles que aspiram à **remoção pelo critério de antiguidade para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito, segunda entrância**.

Campo Grande, 20 de abril de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

AVISO Nº 24/2023/CSMP

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º, inciso IX do art. 15, e inciso I do art. 63 e art. 72, todos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, comunica, aos Promotores de Justiça de **segunda entrância** que, dentro do prazo de **CINCO DIAS**, a contar da publicação deste (não se aplicando o artigo 224 do CPC), receberá os requerimentos daqueles que aspiram à **remoção pelo critério de merecimento para a Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas, segunda entrância**.

Campo Grande, 20 de abril de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

AVISO Nº 25/2023/CSMP

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º, inciso IX do art. 15, e inciso I do art. 63 e art. 72, todos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, comunica, aos Promotores de Justiça de **segunda entrância** que, dentro do prazo de **CINCO DIAS**, a contar da publicação deste (não se aplicando o artigo 224 do CPC), receberá os requerimentos daqueles que aspiram à **remoção pelo critério de antiguidade para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim, segunda entrância**.

Campo Grande, 20 de abril de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**AVISO Nº 26/2023/CSMP**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º, inciso IX do art. 15, e inciso I do art. 63 e art. 72, todos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, comunica, aos Promotores de Justiça de **segunda entrância** que, dentro do prazo de **CINCO DIAS**, a contar da publicação deste (não se aplicando o artigo 224 do CPC), receberá os requerimentos daqueles que aspiram à **remoção pelo critério de merecimento para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul, segunda entrância**.

Campo Grande, 20 de abril de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

AVISO Nº 27/2023/CSMP

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º, inciso IX do art. 15, e inciso I do art. 63 e art. 72, todos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, comunica, aos Promotores de Justiça de **segunda entrância** que, dentro do prazo de **CINCO DIAS**, a contar da publicação deste (não se aplicando o artigo 224 do CPC), receberá os requerimentos daqueles que aspiram à **remoção pelo critério de antiguidade para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí, segunda entrância**.

Campo Grande, 20 de abril de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

AVISO Nº 28/2023/CSMP

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º, inciso IX do art. 15, e inciso I do art. 63 e art. 72, todos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, comunica, aos Promotores de Justiça de **segunda entrância** que, dentro do prazo de **CINCO DIAS**, a contar da publicação deste (não se aplicando o artigo 224 do CPC), receberá os requerimentos daqueles que aspiram à **remoção pelo critério de merecimento para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina, segunda entrância**.

Campo Grande, 20 de abril de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**AVISO Nº 023/2023/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

- 1) Inquérito Civil nº 06.2018.00001556-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Chácara Poção, Eliete Nunes Silveira, espólio de Edmundo Benites Nunes - Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Chácara Poção de propriedade do espólio de Edmundo Benites Nunes, as margens do Rio Apa.
- 2) Inquérito Civil nº 06.2019.00000491-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Luciano da Silva Santos - Assunto: Apurar o suposto pagamento indevido de diárias ao servidor público municipal Luciano da Silva Santos.
- 3) Inquérito Civil nº 06.2019.00000904-3** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Fernando de Souza Colaferro - Assunto: Apurar eventual desmatamento de 78,12 hectares, sem autorização do órgão ambiental competente, fato ocorrido na Fazenda Jatobá, localizada neste município.
- 4) Inquérito Civil nº 06.2021.00000225-4** - 26ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Campo Grande - Requerente: Jonhy Lindarteveze - Requerido: Município de Campo Grande/MS - Assunto: Apurar eventual irregularidade na instalação de estação de ônibus em discordância com a legislação urbanística vigente.
- 5) Inquérito Civil nº 06.2021.00000422-0** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Paulo Sergio Marcket de Lima - Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 1,41 hectares em áreas de Reserva Legal, remanescente de vegetação nativa e consolidada, ocorridos na fazenda Sabonete, em Pedro Gomes/MS, conforme Parecer Nugeo nº 22/21 (Programa DNA Ambiental).
- 6) Inquérito Civil nº 06.2021.00000636-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Milton de Aguiar Ribeiro - Assunto: Apurar a ausência de 147,28 hectares para a composição de Reserva Legal e de 12,09 hectares de vegetação arbórea densa nas áreas também delimitadas como Reserva Legal (fora das APPs), bem como 9,95 hectares ausentes de vegetação arbórea densa nas áreas de preservação permanente, na fazenda Santa Cruz, em Angélica/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 028/2020 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS RIOS: Projeto Córrego Engano).
- 7) Inquérito Civil nº 06.2021.00001192-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: 2º Pelotão de Polícia Militar Ambiental de São Gabriel do Oeste/MS, Fúlvio de Moraes Barbosa - Assunto: Apurar suposta ocorrência de supressão de árvores sem possuir licença ambiental do órgão competente, em uma área medindo 131 hectares, ocorrida na Fazenda Santa Luzia localizada no Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS, de propriedade de Fulvio de Moraes Barbosa.
- 8) Inquérito Civil nº 06.2022.00000020-5** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: JGE Administradora de Bens S/A - Assunto: Apurar desmatamento de 111,15 hectares na Fazenda Liberdade - Parte 3, no município de Alcinoópolis/MS.
- 9) Inquérito Civil nº 06.2022.00000328-0** - 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Rio Brilhante - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Rio Brilhante - Assunto: Apurar a deficiência no atendimento de pessoas com transtornos mentais graves e usuários de drogas, mormente diante da inexistência de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS I).
- 10) Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000947-3** - 2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Paranaíba/MS - Assunto: Apurar eventuais irregularidades em fechamento de via pública por particular.
- 11) Inquérito Civil nº 06.2023.00000088-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Gabriela Peckelhoff de Oliveira e o município de Rio Verde de Mato Grosso - Assunto: Apurar a regularidade da nomeação da servidora a Gabriela Peckelhoff de Oliveira para o cargo de Diretora da Secretaria de Assistência Social pelo Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS.
- 12) Inquérito Civil nº 06.2023.00000111-9** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Câmara Municipal de Angélica e Sirvirino Aparecido Terenciani - Assunto: Averiguar eventual ilegalidade em pagamento de benefícios bem como enquadramento indevido do servidor Sirvirino Aparecido Terenciani, o qual tornou-se estável excepcionalmente (Constituição de 88 ADPF).
- 13) Inquérito Civil nº 06.2023.00000328-3** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Ruana Agropecuária Ltda. - Assunto: Laudo Técnico nº



56/23/Nugeo DNA Ambiental2022: supressão de 41,05 hectares de vegetação nativa remanescente, no interior do imóvel rural Fazenda São Paulo (CARMS0001720), pertencente a Ruana Agropecuária Ltda., sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes, uma vez que fora dos limites da Autorização Ambiental nº 94/2021.

14) Inquérito Civil nº 06.2018.00001566-3 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Aires Gonçalves - Assunto: Apurar dano ambiental causado no Lote s/n de propriedade do Sr. Aires Gonçalves, as margens do Rio Apa.

15) Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001193-5 - 43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Hospital El kadri - Assunto: Apurar eventual insuficiência de leitos UTI Neonatal para atendimento de beneficiários de plano privado de assistência à saúde operado por El Kadri Ltda. e a conduta da referida empresa fornecedora em destinar e encaminhar pacientes para ocupação de leitos UTI Neonatal em hospitais conveniados com o estado e o município.

16) Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001208-9 - 43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: CASSEMS - Caixa de Assistência dos Servidores do Estado do Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar eventual insuficiência de leitos UTI Neonatal para atendimento de beneficiários de plano privado de assistência à saúde operado por Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul CASSEMS e a conduta da referida empresa fornecedora em destinar e encaminhar pacientes para ocupação de leitos UTI Neonatal em hospitais conveniados com o Estado e o Município.

Campo Grande, 20 de abril de 2023.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS

AVISO Nº 52/2023-GED

XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os candidatos de pós-graduação em Direito** aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2022-CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.654, de 28 de abril de 2022, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

Conforme previsão expressa no Edital nº 1/2021-XXIVPSE, no Capítulo X, “Da Convocação e Admissão”, itens 3 e 4, o(a) candidato(a) regularmente convocado(a) deverá manifestar, por meio de mensagem eletrônica, no prazo de 3 (três) dias úteis, seu interesse no exercício do estágio, desistência formal ou transposição para o final de lista, sob pena de decadência do direito de posse no processo de seleção.

OS CANDIDATOS CONVOCADOS DEVERÃO ENVIAR *E-MAIL* PARA A GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – ged@mpms.mp.br – **ENTRE OS DIAS 28/04/2023 e 05/05/2023, ATÉ ÀS 19H**, COM A DOCUMENTAÇÃO INDICADA NO ITEM 11 DO CAPÍTULO X DO EDITAL Nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021, PUBLICADO NO DOMP Nº 2.570, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021, REPRODUZIDA NO ITEM 2 DESTA AVISO (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**).

O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (PÓS-GRADUAÇÃO).



1. CANDIDATOS CONVOCADOS – DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

1.1 PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ANAURILÂNDIA

LOCAL: Gestão de Estagiários de Direito (GED) – situada na unidade do MPMS localizada na Rua Rua Rua Floriano Peixoto, 1001 - Centro - Anaurilândia.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
JOYCE EMANOELY ROSA REGAÇO	1ª	

1.2 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE

LOCAL: Gestão de Estagiários de Direito (GED) – situada na unidade do MPMS localizada na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
BRUNA GUTERRES MOREL	167ª	
THIAGO FERREIRA MENDES	168ª	
LARA DORSA LIMA	169ª	
JULIANA ALEGRE DOUEIDAR	170ª	
LETÍCIA HARUMI TAKAGI YAMASATO	171ª	
BRUNA RODRIGUES MULLER	172ª	
ANA FÁTIMA BELALIAN CORREA DA SILVA	173ª	

1.3 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DOURADOS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Avenida Pedro Manvailer, 4601 - Centro - CEP: 79990-000 - Amambai.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
VALESCA LUZIA LEÃO LUIZ	12ª	
DANIEL DUARTE TEIXEIRA	13ª	

1.4 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE TRÊS LAGOAS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Elviro Mário Mancine, 860 - Centro - CEP: 79602-020 - Três Lagoas.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
MARIANA DE FREITAS GARCIA	12ª	

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior/pós-graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF;
1 (uma) foto 3x4, recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Ficha de cadastro – disponível no Portal do MPMS, <i>link</i> “Estagiários”, aba “Formulários”
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político – modelo disponível no Portal do MPMS, <i>link</i> “Estagiários”, aba “Formulários”;



Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração para esse fim – modelo disponível no Portal do MPMS, link “Estagiários”, aba “Formulários”;
Fotocópia legível do diploma de nível superior/graduação ou certificado de conclusão de curso, ficando, neste último caso, pendente a entrega do diploma após sua efetiva emissão pela instituição de ensino;
Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, conveniada com o MPMS, em curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas, constando as seguintes informações: a) início e término do curso; b) carga horária total; c) CNPJ da instituição de ensino; d) Endereço da instituição de ensino; e) Número do Registro Acadêmico – R.A. do aluno (não será aceito documento que não contenha todas as informações);

REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO: ged@mpms.mp.br. AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 3357-2556 / 3357-2558 E (67) 98478-1012 (APENAS MENSAGENS).

Campo Grande, 20 de Abril de 2023.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 53/2023-GED

XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os candidatos de graduação em Direito** aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2022-CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.654, de 28 de abril de 2022, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

Conforme previsão expressa no Edital nº 1/2021-XXIVPSE, no Capítulo X, “Da Convocação e Admissão”, itens 3 e 4, o(a) candidato(a) regularmente convocado(a) deverá manifestar, por meio de mensagem eletrônica, no prazo de 3 (três) dias úteis, seu interesse no exercício do estágio, desistência formal ou transposição para o final de lista, sob pena de decadência do direito de posse no processo de seleção.

OS CANDIDATOS CONVOCADOS DEVERÃO ENVIAR *E-MAIL* PARA A GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – ged@mpms.mp.br – **ENTRE OS DIAS 28/04/2023 e 05/05/2023, ATÉ ÀS 19H**, COM A DOCUMENTAÇÃO INDICADA NO ITEM 11 DO CAPÍTULO X DO EDITAL Nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021, PUBLICADO NO DOMP Nº 2.570, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021, REPRODUZIDA NO ITEM 2 DESTE AVISO (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**).

O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (GRADUAÇÃO).

1. CANDIDATOS CONVOCADOS – DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO

1.1 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AMAMBAI

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Avenida Pedro Manvailler, n. 4601, Centro, Amambai.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
CAROLINA DO AMARAL NASCIMENTO	5ª	

1.2 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Avenida D. Pedro II, 1730, Vila Planalto, Caarapó.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
JOÃO VITOR LEÃO	5ª	



1.3 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE

LOCAL: Gestão de Estagiários de Direito (GED) – situada na unidade do MPMS localizada na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
ALEXANDRA VITORIA CASTEDO EUSTAQUIO	218 ^a	
FELIPE CORREA NANTES	219 ^a	
ALEX DA SILVA CRISTALDO FILHO	220 ^a	
VITORIA PRIMO NARDINI	221 ^a	
MATEUS MACHADO BARBOZA	222 ^a	
KAMILA VARELA ESCOBAR	223 ^a	
FRANCIELLY DE BARROS BRITO	224 ^a	
JULIA ZAROUR XIMENES	225 ^a	
THIAGO BORGES DOS SANTOS	226 ^a	
AMANDA JULIA CRUZ CHAPARRO	227 ^a	

1.4 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CORUMBÁ

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua América, n. 1880, Centro, Corumbá.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
PLINIO MAGALHÃES VALLIM	12 ^a	
AFONSO BRENO DE MEDEIROS GUIMARÃES	13 ^a	

1.5 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DOURADOS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua João Corrêa Neto, 400, Santo Antônio, Dourados.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
LETÍCIA DA SILVA OLIVEIRA	45 ^a	
RAFAELA MANGOLIN DOS SANTOS	46 ^a	

1.6 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NAVIRAÍ

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua dos Pioneiros, 50 – Centro, Naviraí.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
EUDES GUIMARÃES PORTUGAL	9 ^a	
STELA CRISTINA DA SILVA PEDROSO	10 ^a	

1.7 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua São José, 564, Centro, Nova Andradina.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
LORENA SIMÕES CAETANO	6 ^a	
JAMYLLE GABRIELLE BARROS DE OLIVEIRA	7 ^a	
LUIZ EDUARDO DE JESUS GUEDES	8 ^a	
EMANUELLE CARNEIRO CAETANO	9 ^a	
JOSÉ GUILHERME RODRIGUES TOMAZ DE SOUZA	10 ^a	
MARIA EDUARDA GARRIDO DA COSTA	11 ^a	
ALINE RAMOS BISCOLA	12 ^a	
CLAUDIA MARTINS COSTA CORRÊA	13 ^a	

1.8 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE TRÊS LAGOAS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Elviro Mário Mancine, 860, Centro, Três Lagoas.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
ISABELA RAMIRES SILVA	34 ^a	
ISABELLE CODOGNO RIBAS DE SOUZA	35 ^a	



2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior/graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível do RG e do CPF;
1 (uma) foto 3X4 (três por quatro), recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Ficha de cadastro (disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (Anexo VI);
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A.
É também obrigatória para a admissão dos candidatos de nível superior/graduação a apresentação de declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em que constem as seguintes informações: a) ano letivo, turno e semestre; b) o número de dependências de disciplinas (se houver); e c) data prevista para conclusão do curso. 11.2.1. Caso o acadêmico não possua dependências e reprovações, a declaração deverá conter essa informação expressa e, em todo o caso, deverá ser acompanhada pelo respectivo histórico escolar.

REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO: ged@mpms.mp.br. AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 3357-2556 / 3357-2658 E (67) 99300-4489 (APENAS MENSAGENS).

Campo Grande, 20 de abril de 2023.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 183/PGJ/2021

Processo nº PGJ/10/1957/2021 – PGA 09.2022.00012529-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **GENTE SEGURADORA S/A**, representada por **Marcelo Wais**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 27/PGJ/2021.

Amparo legal: Artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 e Cláusula Nona, item 9.1.2, do Instrumento Contratual.

Objeto: Rescisão amigável do Contrato nº 183/PGJ/2021, em decorrência do acordo entre as partes.

Data de assinatura: 20 de abril de 2023.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/PGJ/2023**

Processo: 09.2023.00000104-1

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;**2- GENTE SEGURADORA S.A.**, representada por **Marcelo Wais**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 02/PGJ/2023.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Serviços de seguros veiculares para 152 (cento e cinquenta e dois) veículos da frota do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 139.350,79 (cento e trinta e nove mil trezentos e cinquenta reais e setenta e nove centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE001480, de 05.04.2023.

Vigência: 20.04.2023 a 20.04.2024.

Data de assinatura: 20 de abril de 2023.

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE MPMS E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo nº 09.2022.00008839-1

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;**2 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado por seu Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento e Inovação, **Luciano Trierweiler Naschenweng**.

Amparo legal: Artigo 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: A conjugação de esforços entre os partícipes para o aprimoramento da gestão e processos de inovação, por meio do compartilhamento de projetos e boas práticas que possam ser passíveis de cessão.

Vigência: 20.10.2022 a 20.10.2024.

Data da assinatura: 20 de outubro de 2022.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****DOURADOS****EDITAL N. 0006/2023/17PJ/DOS**

A 17ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil mantendo-se o mesmo número de registro abaixo especificado e que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Correa Neto, n. 400, Bairro Jardim São Pedro ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001017-0

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido(s): Município de Dourados.

Assunto: Apurar a regularidade do pavimento tátil em condomínios fechados de Dourados/MS..

Dourados/MS, 18 de abril de 2023.

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL

Promotor de Justiça



COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AQUIDAUANA

EDITAL N.º 012/2023-1ªPJCA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2023.00000278-4. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>. Contato (67) 2020-9318.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000278-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Manoel José de Macedo

Assunto: Apurar desmatamento irregular em área de preservação permanente na Fazenda Santa Ana, localizada no Distrito de Piraputanga, Município de Aquidauana, pela Empresa SIMASUL SIDERÚRGICA LTDA.

Aquidauana - MS, 20 de abril de 2023.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA

1ª Promotora de Justiça

FÁTIMA DO SUL

EDITAL N.º 09/2023

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003920-5, que está à disposição dos interessados na Rua Ipiranga, nº 810 - Jardim Primavera, em Fátima do Sul/MS, Fone (67) 2020-9344.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003920-5

Requerente: Ministério Público Estadual;

Interessado:

-Município de Fátima do Sul/MS;

-Conselho Municipal de Direito da Criança e Adolescente (CMDCA) de Fátima do Sul/MS;

Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS) de Fátima do Sul/MS;

Objeto: Acompanhamento do processo seletivo e eleitoral de escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Fátima do Sul/MS.

Fátima do Sul/MS, 19 de abril de 2023.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal